



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**TERMO DE REFERÊNCIA N° 507**

Objeto	Contratação de empresa seguradora para efetuar seguro total dos veículos de propriedade da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses.
--------	---

Modalidade	Contratação, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
------------	--

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Item	Especificação	CATMAT/CATSER (Cód.SIASG)	Unidade de medida	Quantidade
1	SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA SJRJ	906	UNIDADE	19

1.1. Aquisição do objeto nos termos da tabela acima, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº JFRJ-PGD-2023/00005 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, de 11 de maio de 2023.

1.3. O prazo de vigência do contrato encontra-se definido na minuta de Termo de Contrato que integra o Edital na forma de anexo.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 05424540000116-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2025

III) ID do item no PCA: 92

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

*3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### ***Sustentabilidade:***

4.1. A contratação não se enquadra nas categorias de produtos analisados no Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do CJF.

#### ***Subcontratação***

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### ***Vistoria***

4.3. Fica assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia dos veículos que estiverem em nossa garagem, situada à rua Equador 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 11 horas às 18 horas, devendo o interessado informar a data da visita, com antecedência mínima de 48h, através dos telefones (21) 3218-6615, (21) 3218-6622 ou (21) 3218-9007.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### ***Condições de Execução***

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 1º dia útil subsequente a assinatura do contrato.

#### ***Descrição dos Serviços***

#### **5.2. Dos serviços**

5.2.1. Os seguros serão regidos pelas normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

5.2.2. Os Seguros Totais deverão atender as seguintes coberturas:

- ROUBO/FURTO;
- INCÊNDIO;
- COLISÃO;
- RESPONSABILIDADE CIVIL;
- DANOS CORPORAIS;
- DANOS CORPORAIS A TERCEIROS;
- DANOS MATERIAS A TERCEIROS;
- ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS;
- ACESSÓRIOS;
- ASSISTÊNCIA AO VEÍCULO 24 HORAS;
- REBOQUE; COBERTURA DE VIDROS (Para-brisas e vidros laterais);
- COBERTURA PARA FARÓIS E LANTERNAS;
- SUBMERSÃO TOTAL OU PARCIAL PROVENIENTES DE ENCHENTES OU INUNDAÇÕES, INCLUSIVE QUANDO GUARDADO EM SUBSOLO;

5.2.3. A cobertura de Seguro dos veículos deverá ter o seguinte período de vigência.

- INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar do 1º dia útil subsequente a assinatura do contrato.

### 5.3. Da Importância Segurada

5.3.1. A importância segurada será o valor de mercado, devendo ser fixado em 100% considerando a tabela FIPE, para cada veículo, no estado em que se encontram e obedecendo aos itens relacionados no relatório de veículos e acessórios (**Anexo A**), em anexo.

5.3.2. Para os veículos blindados, constante nos itens 12 a 19 do Anexo A, deverá ser considerado para fins de importância segurada:

5.3.2.1. Para o veículo deverá ser considerado o valor de mercado, devendo ser fixado em **100% da tabela FIPE**.

5.3.2.2. Deverá ser considerado o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a blindagem.

5.3.3. Todos os veículos, quando não estão em uso, são guardados, dia e noite, em garagem coberta e vigiada 24 horas por dia.

5.3.4. Todos os servidores, autorizados a dirigir os veículos possuem idade superior a 25 (vinte e cinco) anos.

### 5.4 Características dos Veículos e seus Acessórios:

5.4.1. Todas as características estão descritas no relatório de Veículos e Acessórios (**Anexo A**).

### 5.5 Do Capital Segurado:

5.5.1. RESPONSABILIDADE CIVIL:

5.5.1.1. Danos materiais – Mínimo de **R\$ 250.000,00**

5.5.1.2. Danos pessoais – Mínimo de **R\$ 250.000,00**

#### 5.5.2. ACIDENTES PESSOAIS – COBERTURA MÍNIMA POR PESSOA:

5.5.2.1. Morte – **R\$ 60.000,00**

5.5.2.2. Invalidez permanente – **R\$ 60.000,00**

### 5.6. Dos Prêmios

5.6.1. Os prêmios correspondentes aos seguros deverão ser calculados sobre os valores das importâncias seguradas para as coberturas relacionadas acima.

5.6.2. Os seguros a serem contratados para cada veículo deverão ser de cobertura Total.

5.6.3. Para o cálculo do valor da franquia, **deverá ser considerado o valor máximo de 5% do valor do veículo**, tendo como referência os valores fixados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – **FIPE**, tendo como referência o mês em que ocorrer o pregão.

5.6.3.1. Para os veículos blindados o valor da franquia não poderá exceder a 7% do valor do veículo, tendo como referência os valores fixados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – **FIPE**.

5.6.4. A proposta apresentada deverá conter o **valor total da apólice e discriminar o valor para cada veículo**.

5.6.5. Os prêmios devem ser calculados como nova contratação de seguro, os veículos constante no **Anexo A** não possuem bônus e não constam na apólice de seguro da frota de veículos desta SJRJ.

5.6.6. Para o cálculo dos prêmios, nos casos de substituição de veículo na apólice, deverá ser apresentado cálculo considerando a diferença entre o valor dos veículos incluídos e excluídos, para que não ocorra restituição de valores.

### 5.7. Das Indenizações:

5.7.1. Nos casos de perda total, roubo ou furto, dos veículos a seguradora deverá indenizar a Justiça Federal, através de GRU - Guia de Recolhimento da União, considerando – se perda total quando o valor estimado para a reparação do veículo exceder 75% do valor médio de mercado.

5.7.1.1. Qualquer indenização que seja devida pela seguradora para a Justiça Federal, por retirada de veículos da apólice deverá ser paga através de GRU - Guia de Recolhimento da União.

5.7.2. Nos casos de perda ou danos de acessórios a seguradora deverá providenciar a substituição por outro similar, conforme descrição do material contida no Relatório de Veículos e Acessórios (**Anexo A**).

5.7.2.1. Caso não exista no mercado acessório similar, a ser repostado, a contratada, deverá apresentar proposta por escrito para aprovação da Administração.

5.7.3. Nos casos de danos materiais parciais a seguradora deverá providenciar a reparação do veículo sinistrado em oficina definida pela Justiça Federal, cabendo essa gestão à Coordenação de Transportes-CTRA.

5.7.3.1. Nos casos de recuperação de veículos de terceiros, a seguradora deverá providenciar o reparo do veículo em oficina credenciada.

5.7.4. Nos casos de assistência 24h ao automóvel que se encontre a uma distância de até 400 km da sede (Av. Rio Branco, 243 – Centro/RJ) da Justiça Federal, a seguradora deverá providenciar reboque

ou transporte do veículo para o local que a Seção de Transportes da SJRJ determinar.

5.7.4.1. Não havendo condições de transporte do veículo para a oficina contratada, o veículo deverá ser transportado para a garagem da Justiça Federal, situado a Rua Equador, 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ e posteriormente poderá ser acionado um novo transporte até o destino final.

5.7.4.2. A assistência 24h deverá garantir o transporte alternativo (Taxi Comum) para os passageiros do veículo, até uma distância de 400 km do local da ocorrência.

5.7.5. Nos casos de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, a seguradora deverá indenizar diretamente o terceiro envolvido.

5.7.6. O prazo máximo para autorização dos serviços de reparo nos veículos segurados deverá ser de no máximo 15 (quinze) dias, a partir da comunicação do sinistro.

5.7.7. O prazo máximo para a reparação dos danos parciais é de 30 (trinta) dias, após a autorização dos reparos.

5.7.8. O prazo máximo para as indenizações de sinistros é de 30 (trinta) dias, após a entrega das documentação.

### **Local da prestação dos serviços**

5.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

5.8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1.2. A utilização dos veículos da frota da SJRJ ocorre dentro da área de atuação da Justiça Federal do Rio de Janeiro, ou seja, dentro do Estado do Rio de Janeiro, sendo poucos os deslocamentos para fora deste limite.

### **Garantia**

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, por meio do endereço eletrônico tsctra@jfrj.jus.br.

6.4. A contratada se obriga a definir e manter atualizados endereço eletrônico e número de telefone para comunicação com a contratante.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados nos autos do processo administrativo de

contratação.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, acompanhará o prazo de execução, e registrará a quantidade de dias de atraso no adimplemento da obrigação, quando for o caso.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, com 6 (seis) meses de antecedência, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, elaborará o checklist de pagamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, dentro de sua esfera de competência, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no processo administrativo de contratação, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de procedimento administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pela Subsecretaria Jurídico-Administrativa, conforme o caso.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. A Contratada deverá orientar seus colaboradores em relação às condutas que deverão ser observadas para assegurar a integridade nas relações público privadas ([Lei nº 12.846/2013](#), Lei Anticorrupção), bem como da obrigatoriedade de manutenção da confidencialidade de todas as informações com que venham a ter contato em virtude da atividade desenvolvida ([Lei](#)

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### *Recebimento do Objeto*

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da apresentação do Documento Fiscal e/ou Apólice de Seguro, correspondente ao objeto do contrato, pelo fiscal técnico, mediante checklist de pagamento detalhado/termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas.

7.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

7.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.3. A realização do ***recebimento definitivo fica condicionada a apresentação da apólice preenchida corretamente, de acordo com os dados contidos no Relatório de Veículos e Acessórios (Anexo A).***

7.2.4. Emitir Termo Circunstanciado/checklist para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

### *Prazo de pagamento*

7.7. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo do objeto.

### *Forma de pagamento*

7.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### ***Forma de seleção e critério de julgamento da proposta***

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### ***Exigências de habilitação***

8.2. Não há requisitos para fins de habilitação.

### ***Qualificação Técnica***

8.3. Apresentação do Certificado de Regularidade da empresa na SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em plena validade.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação, incluindo os custos unitários, encontra-se apostado na tabela anexa ao ETP, que integra este Termo de Referência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.



10.2. A contratação será atendida pela dotação indicada no item “Dotação Orçamentária” constante do Edital.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Condutas passíveis de sanções, conforme Portaria n. JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

CLASSIFICAÇÃO	CONDUTA	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
I - Leve	Inadimplemento ou falha contratual que não impacte na continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir os prazos contratuais estabelecidos no Termo de Referência.  <b>Atraso de 1 (um) a 5 (cinco) dias</b>	1 (um) ponto
II - Média	Inadimplemento ou falha contratual que impacte na execução do contrato sem afetar a continuidade e/ou finalidade do ajuste	Descumprir os prazos contratuais estabelecidos no Termo de Referência.  <b>Atraso de 6 (seis) a 15 (quinze) dias</b>	3 (três) pontos

III - Grave	Inadimplemento ou falha contratual que impacte na execução do contrato, afete a continuidade e/ou finalidade do ajuste	<p>Descumprir os prazos contratuais estabelecidos no Termo de Referência.</p> <p><b>Atraso de 16 (dezesseis) a 30 (trinta) dias</b></p>	5 (cinco) pontos
		<p>Fornecer a prestação do serviço de seguro em desacordo com a especificação técnica constante do Termo de Referência</p>	
IV - Gravíssima	Inadimplemento ou falha contratual que impeça a execução regular do ajuste, desconfigure a finalidade ou impossibilite a continuidade do ajuste	<p>Descumprir os prazos contratuais estabelecidos no Termo de Referência.</p> <p><b>Atraso acima de 30(trinta) dias</b></p>	10 (dez) pontos
		<p>Deixar de efetuar a cobertura securitária dos veículos, conforme especificação técnica constante do Termo de Referência.</p>	

O acúmulo de pontos pelo Particular poderá ensejar as seguintes sanções, de acordo com o estipulado no contrato.

PONTUAÇÃO	SANÇÃO APLICAVEL
-----------	------------------

De 1 a 3	Advertência + opcional: Multa compensatória: de até 5% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 4 a 5	Multa compensatória: de até 10% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 6 a 9	Multa compensatória: de até 15% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
De 10 a 25	Multa compensatória: de até 20% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.
Mais de 25	Multa compensatória: de até 30% do valor total do contrato ou do valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato.

11.2. A inexistência de conduta expressamente definida e classificada no Termo de Referência não exime o Particular do cumprimento integral das obrigações assumidas.

11.3. A classificação da conduta que não conste expressamente no Termo de Referência incumbe à gestão e/ou fiscalização contratual, por ocasião do descumprimento de qualquer item constante do Edital, Termo de Referência ou Contrato.

11.4. No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado pela Administração, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada à base de juros compostos, observadas as seguintes condições:

11.4.1. A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas nesta Portaria.

11.4.2. O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratual.

11.4.3. Os casos de atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo contratado poderão importar, além da aplicação da multa moratória máxima fixada na alínea anterior, atribuição de pontuação equivalente a uma falta de leve a gravíssima, à proporção da importância da parcela concretamente inadimplida.

11.5. Poderão ser aplicadas as demais sanções previstas na Portaria Nº JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE VIEGAS BRAVO**, **Coordenador**, em 15/06/2026, às 19:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR COUTINHO IACCARINO**, **Diretor de Subsecretaria**, em 16/06/2026, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1835147** e o código CRC **24B4EA95**.